

A informação: Erro! Indicador não definido. dos estoques às redes

Maria Nélide González de Gómez

Resumo

A ciência da informação, que inicialmente teve como campo temático a ciência, a tecnologia e os recortes institucionais da geração e uso da informação, hoje tem uma nova questão: como compreender os movimentos globalizados da transferência de informação, em oposição à multiplicação de um “diferencial pragmático” nos plurais espaços de comunicação. Isto conduziria a um resultado inesperado: o crescimento ilimitado da informação e da incomunicação.

Palavras-chave

Redes de informação; Transferência de informação; Disseminação da informação; Uso da informação.

É possível dizer que, se a sociedade moderna, sociedade do conhecimento, caracterizou-se por ser uma grande produtora e usuária de informações, a sociedade contemporânea é aquela que produz e consome metainformação: informação acerca das informações.

A ciência da informação surge após a constituição e expansão de um novo campo de interesses e investimento social ao qual pertence essa “dobra” que diferencia as informações do que seja a informação sobre as informações¹ e que também levou a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas e usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e tecnológica. No recorte que lhe é particular, se o conhecimento é focalizado desde a comunicação, a comunicação do conhecimento é colocada no contexto da ação, das práticas sociais. Isto não acontece, porém, de maneira imediata e sem ressalvas.

A história dessa nova área do conhecimento institucionalizado, que poderia fazer parte das *nouvelles sciences*² – tais como as ciências do conhecimento, as teorias da comunicação, a ciência da computação, entre outras denominações – acompanha em seu último tramo a trajetória epistemológica do ocidente, a mudança de estatuto do conhecimento e as crises das principais concepções da ciência e da verdade. Não é acidental, logo, que sua própria cientificidade seja colocada em questão e que, com relação aos problemas atuais em torno dos princípios de avaliação e legitimação dos conhecimentos, a ciência da informação compareça para alguns como solução, para outros, como sintoma.

Às incertezas que resultam da própria qualidade e estado do domínio onde constrói seu objeto, somam-se outras mais formais: a ciência da informação seria um daqueles saberes agregados por questões antes que por teorias ou por um núcleo explicativo expresso em leis. Tais como a ecologia ou “saúde coletiva”, seu horizonte de problematização constitui-se mais próximo dos contextos de ação que das demarcações disciplinares tradicionais, as quais seguem o modelo paradigmático de um núcleo central reconhecido e expandido por aplicações ou argumentações hipotético-dedutivas.

Alguns dos mais reconhecidos pesquisadores da área, como Gernot Wersig³ e Tefko Saracevic⁴, concordam em afirmar que a ciência da informação emerge buscando respostas a problemas que, preexistentes ou não, acentuaram-se a partir da II Guerra Mundial.

Bush, cientista do já então famoso Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, formulou o principal problema, nestes termos: "...a tarefa de tornar acessível em grande escala um desordenado estoque de conhecimentos"¹.

Como solução, Bush remete a novas tecnologias, ainda potenciais, capazes de duplicar artificialmente os processos associativos do sujeito conhecedor, transformando aquela massa disforme e opaca de registros em unidades discretas e significativas de informação.

No começo, acontecerá, porém, que enquanto instala seu objeto, de forma não crítica na episteme moderna, a ciência da informação, seus procedimentos, modelos e produtos, muitas vezes, reforçarão, em lugar de corrigir, os problemas resultantes das formas vigentes de geração e transmissão dos conhecimentos.

Novos fatos contribuirão para que os estudos da informação tomem distância de um "regime de verdade" que reproduzem, e não produzem. São, em grande parte, mudanças do domínio fenomênico que fora previamente demarcado por suas grandes categorias temáticas.

Consideramos, assim, que sua constituição como ciência tem como campo temático a produção e comunicação do conhecimento científico, sendo as questões e condições epistemológicas decorrentes das imagens públicas da ciência então dominantes, as que traçam os rumos e a destinação das pesquisas em informação científica e tecnológica. Em conseqüência, afirmamos existir uma "homologia", e não uma identidade ou seqüência entre a teoria matemática da informação, saber organizador da transmissão de sinais próprio da engenharia da comunicação, e aquela primeira demarcação da ciência da informação.

As mudanças no estatuto do conhecimento e da comunicação atribuídas às suas novas relações com a economia e com as tecnologias ditas "tecnologias intelectuais" provocarão a reformulação tanto do domínio fenomênico, quanto dos problemas e abordagens da ainda recente ciência da informação.

Por outro lado, enquanto as estruturas sociotécnicas do conhecimento tornam-se mais impessoais, "abstratas", os atores coletivos colocam novas questões acerca do acesso à informação, de sua natureza e qualidade, e da distribuição dos espaços tecnológicos de geração e circulação dos discursos privados e sociais – movimentos associativos, igrejas, órgãos de administração da ciência, da tecnologia, da educação, fóruns políticos nacionais e internacionais – colocam em deliberação a nova ou "novas" ordens da informação. Utopias de uma democracia da informação substituem, em seu próprio *locus*, as formulações prévias do otimismo racionalista.

Nesse quadro, cabe perguntar-nos pela possibilidade e consistência das demandas cognitivas de uma "ciência da informação" e acerca das questões mais significativas: Como podemos reorientar hoje o campo dos estudos da informação para compreender aquelas mudanças? Como compor uma agenda de questões capaz de atender aos critérios sociais e epistemológicos de relevância e validade, reconhecidos por todas as comunidades de interlocução e de a interagir no novo recorte transdisciplinar e poliepistemológico?

Propomos, como contribuição a essa reflexão, uma "viagem" que testemunha nossa própria trajetória de pesquisa e interpretação, resumindo-a em três escalas: a) uma abordagem da possível emergência do conceito de informação na modernidade; b) uma primeira construção da ciência da informação no escopo e abrangência de uma imagem pública da ciência; c) uma breve consideração das mudanças do campo fenomênico, das abordagens epistemológicas e das

demandas sociais, visando à elaboração, como o atual ponto de chegada daquela trajetória, de um conceito socialmente responsável de transferência da informação.

PRIMEIRA ESCALA

Nosso primeiro passo consistirá, logo, em tratar de entender como a noção de informação ganha espaço nas sociedades modernas e quais as regiões fenomênicas que designa, até acontecer sua sobre determinação por conceitos e modelos das tecnologias e da ciência da informação.

Benjamin⁵ nos traz à lembrança a “cadeia da tradição”, que transmite os conhecimentos de geração em geração e consolida a trama do tecido social, recorrida por uma mesma corrente de sentido.

A cadeia da tradição “*tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si...*”⁵.

A reminiscência, artesã da narração, fornece um mesmo fio para tecer as malhas da vida e do trabalho, atrelando o útil e a palavra.

A sociedade moderna, porém, surge como imposição de uma ruptura às cadeias da tradição, para projetar, sobre todas as formas da sociabilidade, seus modelos homogeneizadores de integração e de coordenação da ação. As cadeias da tradição são substituídas por cadeias de transferência de informação: a testemunha, pelo documento e pela prova; a experiência, pela experimentação; o ancião e o viajante, pelas bibliotecas, os arquivos, os jornais, o rádio, a telecomunicação; a comunidade de interlocução da narrativa, pela solidão do homem da informação.

Com efeito, a informação podia ser considerada como a expressão objetivada de um *quantum* de valor que acontecia por meio das trocas cognitivas e comunicacionais formalizadas no quadro das instituições modernas. Era esse *quantum* informacional quem otimizava e reunia, em uma só rede de relações, as formas organizacionais de cada setor social e suas ações mais significativas: na economia, desde suas grades e operações administrativas a seus agenciamentos corporativos; na produção e distribuição de conhecimentos, suas instituições molares, como a universidade, as escolas, suas comunidades de relevância, suas estruturas de financiamento e avaliação; na esfera do Estado e da política, o governo e suas agências, suas burocracias, os parlamentos, os partidos políticos.

A institucionalização dos modelos racionais de ação não era, é bom lembrar, um mero ritual legitimador, mas uma estrutura ordenadora, assentada na confiança no caráter prático da razão. Ações pedagógicas e disciplinares garantiam, sob aqueles princípios procedimentais e valorativos, a homogeneização dos conteúdos culturais. Sobre essa base, podia pressupor-se um *minimum* lógico e ético que se sustenta em um consenso mínimo e que garante a comensurabilidade de todas as esferas formalizadas de discurso. E a partir daí podia esperar-se que a política, como definição da vida que escolhemos para nossa existência coletiva, continuar-se-ia nas políticas públicas, formalização jurídica da formação coletiva da vontade.

A fragilidade das estruturas jurídico-representativas e a constante desativação das demandas sociais visando à manutenção do equilíbrio e da ordem dominante esvaziaram as esferas de formulação das políticas: o parlamento, os partidos políticos, a opinião pública.

Os procedimentos modernos para reunir os “uns” aos “muitos”, transformando os indivíduos soberanos em sujeitos sociais cooperativos, terão, de fato, efeitos contraditórios: nos mais diversos contextos, instala-se um hiato comunicacional⁶ que, por uma espécie de paradoxo,

aumenta cada vez mais a distância entre o crescente valor agregado dos estoques de informação disponível e sua limitada transformação em excelência prática e cognitiva dos sujeitos coletivos e suas atividades, aos quais supostamente se destina.

De fato, são aqueles efeitos dissociativos dos modelos de integração da sociedade moderna, seus movimentos de desterritorialização e homogeneização dos coletivos locais, bem como de suas singularidades culturais e históricas, os que provocarão a inversão da função sinérgica e integradora do conhecimento, convertendo-o, sob formas monopolistas de gestão, em um fator de desagregação, de desigualdade e de exclusão.

Consideramos que a ciência da informação nasce nesse espaço em que entram em confronto a modernidade legitimada e legitimadora e suas realizações contraditórias – que alguns preferem não chamar de modernas. Emerge, assim, no campo da tematização das novas condições de comunicação da informação em contextos altamente complexos, ao mesmo tempo que segmentados e conflitivos.

Sem tematizar, porém, sua própria posição no meio dessa crise procede à contração de seu domínio, mediante procedimentos simplificadores de definição dos conceitos e de seleção e associação de variáveis.

Orientada à otimização de processos formais e institucionais de comunicação e de gestão do saber, ela mesma constitui uma nova esfera de especialização, onde serão modeladas, testadas e avaliadas as ações de informação capazes de dar conta em nova escala da geração, organização e circulação dos conhecimentos conforme as prioridades da tecnociência: energia, agricultura, biotecnologia. Nesse quadro, a constituição de seu objeto oscilou entre a ênfase nos canais (otimização da transmissão da informação, entendida como sinal) e a ênfase na organização e processamento de estoques (otimização das funções de armazenagem, tratamento e recuperação da informação, internas a serviços ou sistemas de informação, e dirigidas aos registros de informação textual).

SEGUNDA ESCALA

Procuremos ver, mais de perto, alguns dos nexos entre aquela construção cultural de um conceito de informação e a primeira construção de um objeto pela ciência da informação.

“Informação”, no pensamento moderno, parece designar um operador de relação, a mediação de um agir relacionante que se sustenta em um jogo contingente de previsão e imprevisão, de redundâncias e de diferenças.

A questão da informação, com efeito, só pode ser com propriedade um conceito moderno, porque só é pensável sob o pano de fundo de uma premissa afirmativa da contingência: denuncia a impossível reunião, aqui e agora, de uma totalidade do conhecimento (inacessibilidade ou inexistência de um *topos uranós*, da inteligibilidade absoluta do real) e de uma totalidade da comunidade de comunicação (inexistência atual de uma comunidade perfeita e da perfeita *communio*). É quando se aceita como premissa a não-disponibilidade atual da totalidade, de que a informação designa um operador relacionante que coloca algo a dispor, em um horizonte de disponibilidade (códigos, tecnologias de apreensão, de registro e de transmissão, condições culturais, econômicas, sociais etc.) e, sendo assim, deixa-o disponível (conceito, texto, som, imagem, percepto).

Enquanto registro ou significante, não é o elo, o operador ou o quê da relação (do julgar, do conhecer, do falar, do fazer), é bem mais a suspensão da relação, o que, mantendo-a “entre parênteses”, deixa em suspenso a própria informação em sua potência de transformação.

Para Cassirer⁶, o homem é um “animal simbólico”. No símbolo, temos o acontecimento da distância e da reunião do homem com o mundo e com os outros homens: a informação, porém, como aquilo que faz presente um ausente, é o enviesamento entrópico da comunicação e o limite da perícia prática. Com efeito, se o símbolo é um “dom” da condição humana, a “informação” é o atalho que no desvio de sua potência simbólica obriga o homem ao trabalho da tradução, da coleta, da armazenagem, da busca da informação.

Para Latour⁷, a informação é designada como “móbil imutável”, (sendo que o movimento de transporte parece substituir a força relacionante da intencionalidade e do sentido). Trata-se do que acontece em um movimento circular e expansivo, que recorre mais de uma vez aos mesmos pontos para instalar um domínio do movimento (de alguém, de algo, em alguma direção, por alguma razão). Como operador da relação que o movimento constitui, a informação se constitui no agir relacionante como memória da relação.

Não é que as informações, após serem registradas e agregadas, recebem a função de memórias exteriorizadas. A informação designa por si mesma um momento de memorização. É também o que estabiliza a relação, o que permite sua reativação e, em condições assimétricas, é também aquilo que antecipa e prepara a inclusão e controle de algo objetivado pela relação por aquele que a agencia.

A informação é, ao mesmo tempo, um operador de descentralização: como poderia saber do outro, do “alter”, ainda que para incluí-lo em meus planos, sem alterar-me, sem transformação?

Não é ainda dessa dialética inclusão/descentralização que nos ocupamos agora. Interessa-nos destacar esse jogo de substituição pelo qual o discurso acerca da informação, em lugar de falar de memória, fala de registro. Cabe perguntar-se por que esse trabalho sobre o tempo designado como “informação” (que é também trabalho sobre a distância, a alteridade, a pluralidade, a novidade) só é remitido à memória *a posteriori*, como função do que já é alguma coisa (mapa, periódico, diploma, livro, fotografia), e não como sendo sua origem.

Pensamos ter alguns indícios que podem conduzir a uma resposta. Se a ciência da informação tem na ciência seu grande campo de aplicação, de modo que constrói seu objeto – a informação, como insumo e produto da ciência –, podemos entender a perda de remissivas a um estado anterior, às heranças culturais, aos contextos de descoberta.

Ciência denomina sempre o conhecimento mais atual, oposto aos saberes tradicionais, e que, sustentado por sua validade, tem uma duração independente dos tempos da vida e de outras *demarches* sociais. De fato, as leituras das continuidades e descontinuidades do saber científico são lógicas, argumentativas, e não temporais. A nova história da ciência atrela as práticas, enunciados e exemplares a estruturas de conhecimento denominadas paradigmas⁸: incomensuráveis entre si, estas estruturas do conhecimento científico implicam já seqüências e fraturas, um “dentro” e um “afora” do real paradigmático que independem de variáveis temporais. A informação científica, assim, constitui um domínio que cria, com sua história lógica, uma nova linha de temporalidade, ou uma acronia paradigmática.

De acordo com os novos papéis da ciência no desenvolvimento econômico, a valorização do produto sobre o processo formativo do conhecimento científico favorecerá uma visão entitativa da informação e uma “modelagem” das ações de informação orientadas à formação, organização e atualização de “estoques”: coleções, acervos, bases documentárias e bibliográficas. O registro transformou-se no traço essencial da informação, em torno da qual parecem fundir-se os dois planos de significação: a) designando um operador de relação, como mediação ou momento do olhar, do julgar, do falar, do experimentar e do comunicar; b) designando a fixação desse momento no registro, na escrita, no documento.

Será próprio, assim, da formulação de uma noção de informação, no escopo da cientificidade, esse esquecimento do trabalho sobre o tempo que nela se manifesta. E esse esquecimento transforma a informação abstraída de sua função de mediação em uma pura abstração, que pode ser considerada como autônoma e, a partir daí, ora pura matéria, ora pura forma.

Desde o ponto de vista da ciência, de seus objetivos, seus agentes e sua destinação, se existe uma função de memória (*a posteriori*), ela nunca é uma função de identidade dos sujeitos sociais responsáveis por sua geração (potência de reconhecimento ou de metaconhecimento), mas antes bem instrumento de controle (reativação de uma relação orientada à produção) e, por isso, capaz de gerar apropriação e propriedade (patentes, *royalties* etc.).

A perda do sentido epistemológico, da sobreposição de um traçado de verdade sobre a acronia argumentativa da ciência ou sua invenção paradigmática leva a buscar um novo espaço público para o discurso da ciência, reaproximando-a às narrativas dos atores sociais, como uma outra narração. Qual é essa potência de narração de uma narrativa da ciência que só pode desenvolver-se na linha estreita de um presente inesgotável e intransponível? Seria, porém, consistente com o devir de uma cultura que, esquecendo seu tempo de trabalho sobre o tempo, produz, junto a todas as suas formas de produção, sua eterna presentificação.

TERCEIRA ESCALA

Isto requer, porém, novas considerações, em direção à terceira etapa de nossa viagem. Diferentes leituras parecem indicar um deslocamento das formas preferenciais de controle e acesso à informação na sociedade contemporânea: tratar-se-á da passagem da gestão institucional da informação, com um papel forte do Estado, a novas formas de geração e circulação da informação reguladas pelos mecanismos de um mercado monopólico ou organizado.

As atividades ditas de informação, de fato, passarão, após as primeiras décadas do século XX, de função secundária ou instrumental de outras atividades-fim, à função primária, ganhando autonomia e configurando um novo vetor institucional⁹.

A partir da década de 60, as sociedades denominadas pós-industriais, que já passaram por um processo acelerado de terceirização (crescimento ascendente do setor de serviços), começam a investir na “mercadorização” do conhecimento e nas novas indústrias do conhecimento e da informação.

Sobre essa reformulação mercadológica das cadeias de transferência de informação, vão operar as novas tecnologias, redefinindo as formas de acesso e transmissão dos saberes culturalmente disponíveis: os processos institucionais de acesso (as “formações”) ou de interdição (critérios de inclusão/exclusão), “papéis” e “funções” organizados pelos regulamentos das instituições, serão substituídos por procedimentos, códigos e normas definidos por critérios econômicos e de mercado. As centralidades hegemônicas, desenhadas desde o Estado e através das jurisdições institucionais, devem refazer suas alianças e conflitos à luz dos monopólios da comunicação e da informação de base econômico-tecnológica.

As ações de informação, quando orientadas à otimização dos processos de racionalidade institucional, dirigiam-se a processos informacionais e seus suportes documentários sujeitos a regras de geração, guarda e circulação definidas em contextos organizacionais, conforme estratégias de ação de seus atores sociais. Hoje começamos a enfrentar novas situações, novos planos de constituição das ações, serviços, produtos de informação.

No escopo das novas tecnologias e sua contextualização econômica, a definição da informação como objeto técnico-econômico aparece com novos traços¹⁰:

Ubíqua, pode estar em qualquer lugar do mundo ao mesmo tempo, liberta do contexto de geração, opaca a toda referência à origem.

Anônima, não porque a comunicação um a muitos produz, em sua via de mão única, seu próprio sujeito receptor, mas sobretudo porque, devido à industrialização de sua produção, dissolve-se a categoria de autor.

Dependente, antes que das esferas institucionalizadas de discurso, dos ambientes patenteados de processamento e transmissão da informação, agora são os códigos dos instrumentos (programas, interfaces) os que condicionam às pragmáticas institucionais, antes soberanas em seu poder disciplinar.

Novas formas de gestão do tempo subordinam-se aos tempos tecnológicos. Dado o caráter quase imaterial do registro virtual, sua duração é quase igual à sua **processabilidade**, limitada pela obsolescência tecnológica. Um banco de dados, uma rede, um sistema de informação têm o espaço social de vigência e interlocução que corresponde agora às condições tecnológicas: a **interoperabilidade**, as potencialidades de **migração tecnológica** de seus registros, as condições diferenciais dos ambientes de informação **públicos** ou **patenteados**, a capacidade de oferecer ou não interfaces **amigáveis**.

Cada vez mais alheia às fronteiras nacionais, a teleaudiência une, em uma rede, os indivíduos dissociados dos coletivos da reminiscência, mas igualmente fora das esferas críticas e opinativas das esferas institucionais da cidadania.

Uma transmissão em cadeia, como a guerra do Golfo, comunica informação? A questão não é a unificação das fontes de transmissão, mas a veracidade ou a falsidade das imagens transmitidas sob o fundo discursivo de uma seleção e uma montagem inescrutável.

A guerra do Golfo, retomando uma expressão de Braudillard¹¹, colocou em visibilidade uma ação de força sobre o imaginário coletivo. O sinal de TV não indicava alguma coisa sobre um real espaço-temporal, nem era propriamente um discurso ideológico: era bem mais a execução de um teleato, um tiroteio no qual os telegenerais contabilizavam, como alvos de uma guerra pela globalidade do poder, o seqüestro do imaginário dos povos.

Até onde, porém, uma civilização construída sobre a centralidade e o vigor do conhecimento social sobrevirá à desativação e distorção sistemática da comunicação?

Até onde a telerrealidade poderá substituir as esferas singulares, intensas, das trocas cotidianas de experiência?

Para os povos, tão fortes são seus mitos quanto suas verdades: os dois são movimentos de sua produção cultural de sentido e valor. E que seria do valor da informação, se não se atende ao sentido em que, por primeira vez, dá-se valor ao valor?

PONTO DE CHEGADA: NOVOS PONTOS DE PARTIDA

Ao longo de nossas trajetórias conceituais, pensamos poder identificar uma constante: as ações sociais que têm como finalidade a definição do que seja o conhecimento e a comunicação são as que estabelecem, em cada caso, as possibilidades e limites do que seja entendido como ação de informação, sejam estas orientadas ora à formação de estoques, ora à proliferação e circulação dos *transient messages*.

Para Wersig¹², a ciência da informação ocupar-se-ia com a definição das condições da ação social quando orientada por argumentos racionais, no meio da comunicação.

“A ciência da informação lida principalmente com atores concretos, de diverso grau de complexidade, em estados acionais orientados ao tratamento de problemas (ou outros estados) que requerem a provisão externa de argumentos de racionalização”¹².

O conceito de Wersig tem vários aspectos positivos, tais como a superação do puro individualismo psicológico sustentado pela maior parte dos cognitivistas¹³ e a incorporação das novas leituras da sociabilidade a partir da comunicação. Tendo incorporado muitos daqueles conceitos em nossos estudos anteriores, acreditamos que é possível dar alguns passos a mais nas trilhas do saber informacional.

Conforme nosso ponto de vista, a ciência da informação teria como domínio para a construção de seu objeto o estudo das ações sociais de transferência de informação, olhadas à luz da comunicação como horizonte antropológico de possibilidades.

A transferência da informação designa aqui a utilização de procedimentos técnicos, expressivos ou normativos para reformular algumas das dimensões cognitivas e comunicacionais de um contexto de ação: formação e preservação de memórias e “repositórios” culturais; potencialização espacial da transmissão de mensagens, assim como procedimentos de transformação dos conteúdos temáticos ou valores intelectuais (sumarização, análise-síntese, tradução etc.).

De fato, as realizações sociais dos saberes culturais, desde os conhecimentos científicos às artes, situam-se em algum ponto desta construção paramétrica comunicação: transferência de informação, sem chegar a ser nunca ou plena comunicação ou mera transferência. Desatrelada das condições da comunicação, não é possível para nós a transferência de informação: é parte das condições comunicacionais da transferência de informação a existência de um valor da informação partilhado pelos participantes (emissor; receptor), assim como é necessário à informação “fazer sentido” nos contextos da vida e de ação dos destinatários da comunicação/transferência de informação. Condições pragmáticas de aceitação e reconhecimento do valor da informação são dimensões do sucesso comunicacional de uma ação de transferência de informação.

O próprio do ponto de vista que adotamos é a ênfase no conceito de relação o qual, a nosso ver, permitirá recuperar para a área, em diferentes momentos, tanto da teoria da ação comunicativa quanto da teoria social de redes.

Daí que reintroduzimos o conceito de informação como um construto epistemológico que procura resgatar o construto cultural moderno da informação como operador de relação. Esse operador de relação indica o ponto ou momento sobre o qual se instalam as ações de transferência de informação, desdobrando-se em duas linhas principais de intervenção: através dos arcabouços sociais de transferência de informação e dos operadores informacionais da transferência.

Nesse contexto, são operadores informacionais os que procuram definir a comunicação a partir de estruturas externas, tecnológicas ou instrumentais – tais como canais de transmissão, reprodução de documentos ou mensagens, produção de novos sistemas de armazenagem de informação, entre outros.

Chamaremos arcabouços sociais aqueles que parecem intervir na geração e comunicação do conhecimento (ou outros saberes culturais) em três dimensões principais:

- a) organização de uma figura nós/outros construída como possível reunião da dispersão da posição sujeito em um plano de relações sociais;

- b) rede de relações sociais preferenciais e “posicionais” que temporalizam e localizam uma função sujeito em uma conjuntura histórica;
- c) formas organizacionais que instituem e reproduzem uma figura instituinte, entre outras possíveis, de uma função sujeito como ator coletivo com demandas de reconhecimento e legitimação social.

De fato, é nesse ponto, no qual coloca-se uma função sujeito, que entram em confronto os conceitos de uma teoria da ação e uma teoria de rede. Os estudos de Deleuze¹⁴, entre outros, oferecem críticas consistentes da categoria moderna de sujeito e seu desdobramento na dualização sujeito/objeto, assim como buscas conceituais de novos planos de agenciamento e de singularização. Para nós, a posição sujeito dos discursos informacionais remete à dialética entre o sujeito que enuncia e a posição sujeito da enunciação, movimento que produz relações sobre um vazio inesgotável e sempre renovado, que faz das identidades sociais uma tarefa da política e não seu ponto de partida. Os “atores” são primeiramente definidos por suas relações, que por sua posição. A segunda definição resulta das primeiras e mudam tanto por reacomodações externas, quanto por transformações atributivas.

Às soluções pós-estruturalistas, preferimos o retorno a uma dialética renovada, capaz de ler, nos espaços relacionais, pontos de ruptura e trajetórias irreversíveis, assim como aceitar os jogos dinâmicos do negar e do afirmar, do contínuo e o descontínuo, permitindo substituir a linha única e mestre da história pelas pluralidades simultâneas, as heterologias discursivas, as transversalidades que cruzam os planos homogêneos das lógicas sociais e culturais.

Propomos, porém, não uma antropologia terapêutica para a recomposição do domínio de uma ciência da informação legitimada. Muito menos abrangente e poderoso, nosso recorte aborda às ações de transferência de informação, desde um ponto de vista relacional e conforme um enfoque pragmático¹⁵ que indaga pelas condições de sua produção, colocando as ações e as práticas nos contextos sociais de geração e uso de informação.

Nesse esboço de um arcabouço conceitual da área, introduzimos o conceito de hiato comunicacional (o hiato comunicação/informação) como expressão e causa da emergência histórica de ações de transferência de informação.

Esse hiato comunicacional estaria ligado à fragilidade e fragilização das formas modernas de integração de coletivos de ação, as quais associamos: a) a crescente divisão do trabalho de representação política, devido à existência de um **diferendo de representação** que resulta das demandas que não ficam atendidas pelas ofertas institucionais disponíveis e que impede a consolidação de identidades políticas; b) a crescente divisão do trabalho intelectual e a crise do papel das “inteligências” como ponte entre alternativas técnicas e políticas; c) a reacomodação da ordem mundial à luz da globalização eletrônica e financeira, junto ao resurgimento de conflitos nacionais, étnicos, tribais e a continuidade de lutas hegemônicas setoriais, locais, regionais.

Introduzimos, finalmente, o conceito de **diferencial pragmático** para designar aqueles empecilhos da transferência da informação que resultam da assimetria dos participantes dos pólos de emissão e recepção, com respeito às condições pragmáticas da geração e uso da informação e, principalmente, da não-existência de critérios comuns de aceitação e de atribuição de valor à informação.

De fato, a globalização econômica e eletrônica só atende a alguns dos planos da transferência da informação, aqueles sujeitos às condições físicas e econômicas de disponibilidade e acesso à

informação, mas, se não equaciona os operadores informacionais com outras condições pragmáticas (arcabouços sociais da transferência, condições comunicacionais, critérios de valor e aceitação), seu podificação tenderá a aumentar a interferência de “diferenciais pragmáticos”, convertendo-se, assim, em um ambiente multiplicador da informação e da incomunicação.

Nesse ponto, acreditamos, recomeçarão, mais perto da política, da epistemologia, da ética, as questões da comunicação da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VARET, G. *Pour Une Science de L'Information* Paris, Les Belles Lettres, 1987.
2. LE MOIGNE, J.-L. Gênese de quelques Nouvelles Sciences: De L'Intelligence Artificielle aux Sciences de la Cognition. In *LE MOIGNE, J.L. (Ed) Intelligence des Mécanismes/Mécanismes de L'Intelligence*. Paris, Fayard/Fondation Diderot, 1986.
3. WERSIG, G. Information Science: The Study of Postmodern Knowledge Usage. *Information Processing and Management*. v.29, n.2, p.229-239, 1993.
4. SARACEVIC, T. *Information Science: Origin, Evolution and Relations*. Preprint. 1993.
5. BENJAMIN, W. O Narrador. In : _____. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, 1986. Pag. 197-221.
6. CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica. Introducción a una filosofía de la cultura*. México, FCEM, s/d.
7. LATOUR, B. *Science in Action*. Stratford, Open University Press, 1987.
8. KUHN, T.s. *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
9. GOMEZ, M.N.G. de Informação, Inovação e Democratização: A Transferência de Conhecimento e os movimentos associativos. Teses de Doutorado. Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
10. DOLLAR, D. Digital Information Technologies and Scholarly Research in the Social Sciences and Humanities: The Crucial Role of Archival Science. In: *Estudos Históricos*. v.13, p. 65-80, jan.- junho 1994.
11. BRAUDILLARD, J. Televisão/Revolução: O caso Romênia. In: *IMAGEM MÁQUINA*. André Parente (Org.) Rio de Janeiro, Ed. 34, p.147-154.
12. WERSIG, G.- WINDEL, G. Information Science Needs a Theory of 'Information Action' Social Sciences. *Information Studies*. v.5, p.11-23, 1985.
13. BELKIN, N. The cognitive viewpoint in information science. *Journal of Information Science*. v.16, p.11-15, 1990.
14. DELEUZE, G. *Mil Mesetas*. Valencia, *PRE-TEXTOS*, 1988.
15. HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*, Boston, Beacon Press, 1983.

Information: from inventories to networks

Abstract

*Science, technology and the institutional constraints of information generation and use, are the initial knowledge domain of information science. Now, we have new questions: How to understand the global movement of information transfer, and the opposite multiplication of a **pragmatique diferencial** in the plural communicational spaces. This will lead to unexpected results of a unlimited growth of **information** and **incommunication**.*

Keywords

Information network; Information transfer; Dissemination of information; Use of information.

Maria Néida González de Gómez

Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP-RJ) IBICT